



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

***HISTÓRIA ECONÔMICA &
HISTÓRIA DE EMPRESAS EM
DEBATE***

BOLETIM DE RESENHAS

Número 2

2º semestre de 2015

HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS **EM DEBATE**

Apresentamos o novo boletim da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE, “*História Econômica & História de Empresas em Debate*”. Com o Boletim de Resenhas da ABPHE pretende-se colocar em discussão os artigos publicados nos últimos números da Revista *História Econômica & História de Empresas*, abrindo um espaço de comunicação entre os autores e os leitores interessados na temática para debater os resultados e as interpretações dos recentes resultados de pesquisas.

A estrutura do debate deve trazer um *release* do autor ou resumo do artigo a ser debatido e uma resenha de seu comentador. O *release* será apresentado em no máximo 2 páginas, com uma síntese dos resultados da pesquisa. A resenha do artigo, por sua vez, deve ter no máximo 4 páginas, destacando as contribuições da pesquisa para a área como comentários dos resultados e das interpretações. Os autores que tiverem seus artigos comentados terão espaço reservado para responder as questões ou as críticas lançadas pelas resenhas nos boletins seguintes.

Para contribuir com o Boletim de Resenhas selecione um artigo que foi publicado nos últimos números da Revista *História Econômica e História de Empresas* no endereço <http://www.revistaabphe.uff.br/> e nos envie um e-mail para abphei@gmail.com

Contribua com o boletim!

Diretoria da ABPHE.

Sumário

Artigo: André Luiz Lanza e Maria Lúcia Lamounier. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930). *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 17, nº 2, 2015.

1. Resumo do artigo 4
2. Resenha “A importância da economia cafeeira e do conhecimento técnico do imigrante para o processo de industrialização regionalizado de São Paulo” de Michel Deliberali Marson 5

Artigo: Hoyêdo Nunes Lins e Gustavo Rugoni Sousa. Exercício de “história local”: uma saga na trajetória moveleira do planalto norte catarinense. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.

3. Resumo do artigo 9
4. Resenha “A Móveis CIMO SA e a história da indústria moveleira do planalto norte catarinense” de Fábio Farias de Moraes 10

Artigo: Fábio Antonio de Campos e Fernando Henrique Lemos Rodrigues. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982). *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.

5. Resumo do Artigo 14
6. Resenha “O desenvolvimentismo em perspectiva histórica” de Rômulo Felipe Manzatto 15

Artigo: Carlos Valencia Villa. Fluxos de mercadorias entre o Rio de Janeiro e Virginia em meados do XIX. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.

7. Resumo do Artigo 19
8. Resenha “Os fluxos comerciais entre o sudeste brasileiro e o sul dos Estados Unidos”. Angelo Alves Carrara 20

Resumo

André Luiz Lanza e Maria Lúcia Lamounier. Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930). *História Econômica & História de Empresas*. Vol. 17, nº 2, 2015.¹

O trabalho examina as relações entre a expansão cafeeira e o processo de industrialização na região de Ribeirão Preto, São Paulo, entre 1890 e 1930. O cultivo do café foi introduzido na região na década de 1870 e em 1920 o município era o segundo maior produtor do grão no estado e o sexto maior do Brasil. O fim da escravidão e o problema de suprimento de mão-de-obra que sustentasse a contínua expansão cafeeira estimularam a entrada massiva de imigrantes europeus no período. A incorporação dessa massa de trabalhadores livres assalariados modificou o cenário urbano, impulsionou a economia monetária, dinamizou os setores do comércio e serviços, contribuindo para o aumento da demanda por produtos que até então não eram produzidos ou eram escassos na região. O texto está dividido em três seções. A primeira analisa a contribuição da expansão cafeeira, da rede ferroviária e da imigração para o crescimento da população e das atividades urbanas em Ribeirão Preto. A segunda seção examina a evolução das atividades industriais no município no período. A terceira seção analisa os principais ramos industriais e a atuação dos empresários locais.

André Luiz Lanza

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
Email: alanza@fearp.usp.br

Maria Lúcia Lamounier

Professora associada do Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, São Paulo.
E-mail: lucialamounier@fearp.usp.br

¹ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=239>

Resenha

A importância da economia cafeeira e do conhecimento técnico do imigrante para o processo de industrialização regionalizado de São Paulo

Michel Deliberali Marson

Professor da Universidade Federal de Alfenas

A discussão sobre o processo de industrialização no Brasil é antiga e teve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980². As contribuições dos anos 1990 em diante revisitam os autores clássicos qualificando, ponderando e enfatizando alguns pontos das interpretações. Apesar de não ser consenso entre os autores, já que a primeira região industrial mais importante do país, o Rio de Janeiro, teve seu auge no período de declínio da economia cafeeira³, parece inegável a importância da expansão do café para o processo de industrialização do estado de São Paulo.

O artigo “Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930)” de André Luiz Lanza e Maria Lúcia Lamounier, publicado na Revista História Econômica e História de Empresas, vol. 17, n. 2 de 2014, se insere dentro dessa perspectiva afirmando que o complexo cafeeiro foi fundamental para formação de atividades industriais em Ribeirão Preto entre 1890 e 1930. O artigo destaca um ponto importante para o debate sobre a industrialização no Brasil, ou seja, o conhecimento técnico trazido pelos imigrantes impulsionado pelo desenvolvimento da cafeicultura em uma economia local, no caso Ribeirão Preto entre o final do século XIX e início do século XX.

Na primeira seção, o artigo aborda as relações entre o café e os imigrantes na região de Ribeirão Preto, entre o final do século XIX e início do século XX. Os autores descrevem as transformações na região da Mogiana com o crescimento da produção cafeeira e a chegada da estrada de ferro. A dinamização econômica da região com o incentivo à imigração promoveu o crescimento da população e sua urbanização. Na última década do século XIX, os maiores produtores de café localizavam-se na Alta Mogiana, mantendo posição de destaque na produção até os anos 1920. Assim, 20% dos imigrantes que chegavam ao estado foram encaminhados para a região da Mogiana entre 1901 e 1940 (Lanza; Lamounier, 2014, p. 574). Havia nessa região uma forte concentração de imigrantes. Em 1902, os estrangeiros representavam 62% da população de Ribeirão Preto (Lanza; Lamounier, 2014, p. 575). Os imigrantes foram fundamentais para a formação econômica da região, não apenas como trabalhadores na atividade cafeeira, mas também na formação da indústria na região, fornecendo mão de obra para as atividades manufatureiras e formando parte do empresariado local.

O artigo valoriza e se apoia em teses clássicas, como a do “complexo econômico cafeeiro” de Wilson Cano (1975) e Sérgio Silva (1976) e da “industrialização promovida pelas exportações” de Warren Dean (1976). O destaque é para a importância do imigrante no processo de formação econômica da região, já que tinham um nível médio de instrução e qualificação profissional maior do que a população nacional e ocuparam posições importantes dentro da indústria paulista (Lanza; Lamounier, 2014, p. 579).

²Alguns dos trabalhos dessa discussão são os de Furtado (1959), Luz (1961), Baer (1966), Fishlow (1972), Tavares (1972, 1975, 1978), Villela e Suzigan (1973), Cano (1975), Mello (1975), Dean (1976), Silva (1976), Versiani e Versiani (1977), Stein (1979) e Suzigan (1986).

³ Ver Levy (1994).

Na segunda seção, os autores destacam a relação dos imigrantes com as atividades comerciais e industriais em Ribeirão Preto no início do século XX. A presença de imigrantes, principalmente de italianos, na estrutura social e nas atividades econômicas urbanas da cidade é marcante no período. Na primeira década do século XX ocorreu crescimento expressivo do setor industrial na cidade. Em 1913, os principais ramos industriais de Ribeirão Preto eram os de marcenaria, cervejas, bebidas, alimentos, sabão, calçados, artigos de couro, construção e reparação de veículos, serrarias, máquinas agrícolas, fogos, cigarros e instrumentos musicais (Lanza; Lamounier, 2014, p. 581-582). O foco regional da industrialização mostra que o desenvolvimento industrial no Brasil apresentou crescimento atrelado aos bens de consumo, mas também de bens de produção ligados às atividades locais, no caso de Ribeirão Preto à produção e reparação de máquinas agrícolas. Os empresários como Antônio Diederichsen, Adolpho Bianchi, Irmãos Vecchi e Flávio de Mendonça Uchoa são alguns exemplos de industriais no setor de mecânica e fundição de Ribeirão Preto.

Na terceira seção do artigo, o objetivo dos autores foi comparar os ramos industriais de Ribeirão Preto com os do estado de São Paulo e do Brasil nas fontes primárias selecionadas do período estudado. Nesse ponto, os autores utilizam fontes primárias nacionais que têm sido criticadas pela falta de ordem e sistematização. Apesar das observações de limitações das fontes, os autores são categóricos em afirmar a importância desses dados (Lanza; Lamounier, 2010, p. 585). A revalorização de fontes primárias nacionais e regionais, bem como sua utilização cuidadosa são outros pontos fortes do trabalho.

O trabalho mostra a importância do imigrante, principalmente o italiano, na formação de pequenas oficinas e como operários em ramos importantes para a manufatura local de Ribeirão Preto no início do século XX, como o de calçados, alimentos, cervejas, fundições, máquinas e ferramentas agrícolas. O artigo enfatiza, ainda, a importância das oficinas para reparação de material rodante das estradas de ferro para o ramo da indústria mecânica.

No final do trabalho, os autores apresentam alguns estudos de caso de imigrantes com conhecimento técnico que se instalaram no interior de São Paulo. Dois casos chamam a atenção. O de Adolpho Bianchi, natural da Itália, que chegou ao Brasil com um diploma de curso técnico em mecânica em 1890. Ao chegar em Ribeirão Preto, com a família para trabalhar na Fazenda Dumont, Adolpho foi alocado para a oficina da fazenda. No início do século XX a oficina mecânica “Bianchi & Irmãos” já fabricava máquinas agrícolas e consertava arados. Adolpho Bianchi tornou-se engenheiro mecânico pela Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro em 1923 e sua empresa teve destaque regional nos anos 1930 e 1940 (Lanza; Lamounier, 2010, p. 595). Outro exemplo foi Antônio Diederichsen, brasileiro nascido em 1875, mas filho de imigrantes alemães, que estudou engenharia agrônoma na Alemanha e dirigiu a fazenda de café do tio na região de Ribeirão Preto. Diederichsen já havia se tornado industrial no ramo de máquinas agrícolas no início do século XX (Lanza; Lamounier, 2010, p. 598).

Os casos de Bianchi e Diederichsen relatados pelos autores em Ribeirão Preto corroboram com a hipótese de que as fazendas agrícolas do estado de São Paulo atraíam imigrantes que possuíam outras habilidades, além do trabalho na lavoura entre o final do século XIX e início do século XX. A demanda pela manutenção de equipamentos das estradas de ferro (locomotivas, vagões) e das fazendas de engenho e de café (máquinas de beneficiamento agrícola, caldeiras, moendas de cana-de-açúcar,

carroças e outros implementos agrícolas) gerou trabalho para os imigrantes com conhecimento técnico que iniciaram a manutenção e posterior produção de máquinas e equipamentos no interior do estado de São Paulo (Marson, 2014, p. 707-708).

O artigo de Lanza e Lamounier (2014) é um exemplo de que velhas questões podem render boas pesquisas, com a sistematização de fontes primárias pouco exploradas, contribuindo, assim, para a melhor compreensão de temas fundamentais da história econômica brasileira. Ao contrário do que se possa pensar, há muito a ser pesquisado sobre a história da industrialização, principalmente tendo como recorte a questão regional.

Referências

- BAER, Werner (1966). *A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CANO, Wilson (1975). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP.
- DEAN, Warren (1976). *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel.
- FISHLOW, Albert. (1972) “Origens e consequências da substituição de importações no Brasil”. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 2, n. 6.
- FURTADO, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. 27ª. ed. (2000), São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha.
- LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia (2014). “Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1930)”. *História Econômica e História de Empresas*, vol. 17, n. 2.
- LEVY, Maria Bárbara (1994). *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- LUZ, Nícia Vilela (1961). *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- MARSON, Michel Deliberali (2014). “A evolução da indústria de máquinas e equipamentos no Brasil: Dedini e Romi, entre 1920 e 1960”. *Nova Economia*, v. 24, n. 3.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1975). *Capitalismo Tardio*. 8ª. ed. (1991). São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, Sérgio (1976). *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega.
- STEIN, Stanley J. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus.
- SUZIGAN, Wilson (1986). *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. 2ª ed. (2000), São Paulo: Huicitec/Unicamp.
- TAVARES, Maria da Conceição (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TAVARES, Maria da Conceição (1975). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Ed. (1998). Campinas: UNICAMP.
- TAVARES, Maria da Conceição (1978). *Ciclo e crise: o movimento recente da economia brasileira*. Ed. (1998). Campinas: UNICAMP.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa (1977). A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; MENDONÇA DE BARROS, José Roberto. *Formação econômica do Brasil: período republicano*. São Paulo: Saraiva.

VILLELA, Anibal Villanova; SUZIGAN, Wilson (1973). *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

Resumo

Hoyêdo Nunes Lins e Gustavo Rugoni Sousa. Exercício de “história local”: uma saga na trajetória moveleira do planalto norte catarinense. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.⁴

No planalto norte de Santa Catarina, a história local e regional se entrelaça com as histórias do setor moveleiro e do empreendimento conhecido por Móveis CIMO. Após referir ao destaque nacional do aglomerado moveleiro presente na região, o artigo narra o secular percurso daquela empresa, descrevendo suas várias fases, com razões sociais que espelharam composições societárias particulares. Dá-se realce às inovações de produto e de processo produtivo, sublinhando o pioneirismo na produção seriada e a solução dada a problema que se mostrou desafiador quando o perfil moveleiro do empreendimento se consolidou. Também se acentua o papel precursor da empresa na constituição daquela aglomeração moveleira e na “criação” de espaço no planalto norte. A decretação da sua falência, em 1982, é apontada como o fim de uma era na produção regional de móveis.

Hoyêdo Nunes Lins

Professor dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC).

E-mail: hnlins55@gmail.com

Gustavo Rugoni de Sousa

Pós-graduando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: gustavorugoni@gmail.com

⁴ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=297>

Resenha

A Móveis CIMO SA e a história da indústria moveleira do planalto norte catarinense.

Fábio Farias de Moraes

Doutorando em História Econômica FFLCH/USP

Num “exercício de ‘história local’”, como chamaram, os autores, Hoyêdo N. Lins e Gustavo R. Sousa dividem claramente seu texto sobre “uma saga na trajetória moveleira do planalto norte catarinense”, presente no volume 17, n. 2, da edição 33 da revista *História Econômica & História de Empresas*, em duas partes: a primeira dedicada a compreensão do universo em que uma empresa, utilizada como um estudo de caso específico e representativo de uma realidade local, desenvolveu-se e articulou-se. Ou seja, contextualiza o desenvolvimento da indústria moveleira no Brasil e no planalto norte de Santa Catarina; na segunda parte, o texto faz a transição, como quem ajusta as lentes para obter uma aproximação de um objeto menor, ao qual se quer confrontar seus traços com o movimento maior que faz a economia brasileira no período estudado, e desenrola o estudo das questões particulares àquela empresa. Ao leitor e a este resenhista cabe conectar as informações presentes na segunda parte com o contexto fornecido na primeira.

A empresa em questão é a produtora de móveis seriados, Móveis CIMO SA, que só teve essa razão social na década de 1950, tendo várias outras denominações anteriores. Logo na introdução, os autores apelam para a duração da narrativa como justificativa para o “exercício de história local” e para a amplitude que o caso específico adquire para compreensão das nuances passadas pelo setor. A compreensão de processo histórico de maior duração — o artigo trata de pouco mais de sete décadas, desde a formação da primeira sociedade empresarial para fabricação de caixas e utensílios de madeira, no início do século XX, por imigrantes alemães e brasileiros de ascendentes alemães, até a falência da empresa Móveis Cimo S/A., no início da década de 1980 — fica evidente também ao evocar-se Braudel como referência teórica para o texto.

Dessa forma resumimos e concatenamos as principais partes do texto de forma a preservar a periodização utilizada originalmente, compreendendo a fase artesanal, a transição para produção seriada e as dificuldades decorrentes do patamar elevado da produção a que se chegou. Da década de 1890 a de 1910, deu-se a formação das primeiras empresas do setor no planalto norte do estado, como um desdobramento e complexificação do setor madeireiro. A madeira esteve em par com o complexo ervateiro como atividade fixadora de colonos na região (GOULARTI FILHO, 2002). Essas atividades associaram-se por muito tempo, dialeticamente, estimulando-se reciprocamente, mas também negando uma a outra, como fica evidente se entendermos que a expansão da madeira implica em perda de espaço para os ervais. Na abertura de estradas ou na construção do ramal da ferrovia — que em 1917, já ligava Mafra-SC, mais no interior do planalto norte catarinense, ao porto litorâneo de São Francisco do Sul — a existência das duas atividades aparece como a justificativa para os investimentos em infraestrutura. Inclusive, nas atividades madeireiras se encontravam os acessórios para a exploração da erva-mate como atividade mercantil-exportadora, produzindo barricas para acondicionar a erva exportada e carroções que as

transportavam. Alguns empresários também cumpriam o duplo papel de repartir seus investimentos nos dois setores. Por isso, desde cedo as marcenarias encontraram espaço, mão-de-obra, recursos e pequenos capitais para sua instalação. (MORAES, 2013)

Assim, como um empreendimento de um filho de imigrante, Jorge Zipperer, e seu sócio alemão, Willy Jung, montou-se em 1910, onde viria ser o município de Rio Negrinho, a serralheria considerada o investimento precursor da Móveis CIMO. Nos equipamentos alemães que formaram a base tecnológica do empreendimento, estavam máquinas a vapor e um gerador elétrico, utilizado para gerar energia para as empresas dos dois sócios e para fornecimento a residências da localidade de Salto.

Durante a Primeira Guerra Mundial iniciou-se no Brasil o processo de passagem da técnica artesanal para a produção em série e racionalizada de móveis. Assim a década de 1920 trouxe mudanças irreversíveis para a indústria moveleira. Registre-se que, naquele momento, a atividade madeireira da sociedade ampliou-se, chegando a ser criada uma serralheria no Paraná (em 1916), logo transferida para Mafra-SC (em 1918), também no planalto norte e que, dada a disponibilidade da estrutura que formavam a ferrovia e o porto de São Francisco do Sul, enviava sua produção, sobretudo caixas de frutas para a Argentina.

Contudo, é na segunda sociedade de Jorge Zipperer, com Andréas Ehrl, empresário local, que tem início a produção de móveis. E nesse ensejo a produção tomou veredas de mecanização e passagem da produção artesanal para seriada. Consta que foi importante a participação do irmão de Jorge Zipperer, Martin Zipperer, nesse processo, já que as mudanças se processaram após o seu retorno dos estudos no Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, como principal designer da empresa. Esse se concentrou em mais que linhas de design e fez modificações técnicas importante na passagem para uma produção racionalizada. Como resultado, alcançara-se o mercado sudeste do Brasil na década de 1920. Isso não foi o suficiente para que dificuldades financeiras acabassem por tirar o senhor Ehrl da sociedade. Logo após uma curta sociedade com Nicolaus Jacob, e após a saída deste, as atividades passaram a ser tocadas exclusivamente pelos membros da família Zipperer.

Então, os principais produtos da Jorge Zipperer & Cia eram cadeiras e poltronas de cinema, caixas de frutas e madeira serrada para a construção civil. A matéria prima, troncos de imbuia, principalmente, vinha das próprias terras da família e, secundariamente de outros fornecedores. No final da década de 1920 continuou-se a expansão da produção, para o que foram adquiridos mais equipamentos a vapor e duas caldeiras. Isso foi possível graças a uma administração arrojada que estabeleceu conexões com a Alemanha e com as grandes cidades do Sudeste do Brasil, de forma a superar os problemas técnicos que surgiram e acompanhar as tendências internacionais de processos produtivos, como no emprego de madeira compensada para fabricar móveis.

A década de 1930 trouxe a importante demanda da administração pública, que país adentro, ampliava seu serviços, repartições, grupos escolares e escritórios. Com a abertura do capital em 1932, a agora Cia Zipperer - Móveis Rio Negrinho S.A. expandiu-se durante a década e consolidou negócios no Rio de Janeiro e São Paulo.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a expansão do mercado interno e a forte urbanização elevaram, sem precedentes, a demanda por móveis. Impulso esse que não

cessaria até a década de 1970. Com o falecimento do líder da empresa, Jorge Zipperer, em 1944, decidiu-se por formar a Cia Industrial de Móveis S.A. – CIMO, um conglomerado de empresas que passara a ter maior barganha na compra de ferramentas, vernizes e demais materiais utilizados largamente, em boa medida importados da Europa. Um ano após a união, a estrutura já empregava 5 mil trabalhadores. Fato precípua para a emancipação do município de Rio Negrinho em 1953.

Foi em 1954 que a razão social do grupo, já com destaque na América Latina, passou a ser de Móveis CIMO S.A. As unidades produtivas estavam localizadas em Rio Negrinho, Joinville, Curitiba e Rio de Janeiro e a sede em Curitiba. Como estratégia a Móveis CIMO criou uma frutífera linha de móveis padronizados para atender a administração pública, além das salas de cinema que não saíram do foco, e dividiu-se o trabalho entre as unidades. Naquele momento as atividades da empresa já implicavam na formação de atividades acessórias e ditavam padrões para as demais concorrentes instaladas na região. Nessa reestruturação organizacional que passou a empresa perdeu-se o caráter de administração familiar e Martin Zipperer acaba se afastando da administração.

Nesse período, de franca expansão da produção de móveis em todo Brasil, incluindo o planalto norte de Santa Catarina, a marca Móveis CIMO atingiu grande amplitude de alcance na participação no mercado. Era recorrente que os freqüentadores de cinemas, escolas, repartições públicas e escritórios se deparassem com alguma mercadoria produzida pela firma. Até mesmo a esse resenhista, alguns anos depois, a marca se fez presente em alguns momentos e até na própria residência, com a famosa cadeira 1001.

Durante a década de 1960, a trajetória ascendente da demanda por móveis não se alterou. Porém, surgiram novidades no perfil das matérias primas do setor e impactos na competitividade. Consta que os laminados passaram a ser utilizadas largamente em todo país, salvo exceções que resistiram, como no caso de empresas do planalto norte de Santa Catarina. Nesse ínterim, dada as respostas inadequadas para as mudanças tecnológicas, os lucros da Móveis CIMO caíram e a firma chegou ao final de década de 1960 com uma grave crise financeira e administrativa. Não bastasse, dois incêndios ainda viriam se abater sobre as unidades de Joinville, em 1971, e Rio Negrinho, em 1972.

Nos anos 1970 continua existindo o estímulo do mercado ao setor moveleiro, naturalmente sensível ao crescimento da construção civil. Aliado a isso, também se observou o aumento da participação do mercado externo como nova estratégia comercial das empresas do setor na região. Mas, enquanto isso, a Móveis CIMO tentava, sem sucesso, recuperar-se, utilizando de recursos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE para sua reconstrução.

A crise financeira agravava-se e o BRDE decidiu intervir na administração da empresa, destituindo a diretoria e fazendo novas nomeações. Descontentes, os membros da família Zipperer e o então diretor gerente, Raymundo Egg se desfizeram de seus ativos. O Comprador, o grupo paulista Lutfalla o fez com vistas no espólio da empresa, sem dispensar esforços para soerguê-la.

Portanto, coincidindo com os anos de crise da economia brasileira, da década de 1980, que trouxeram ao setor moveleiro a reestruturação de algumas das principais

empresas e o apoio no mercado externo, tendo visto o fraco desempenho esperado pelo mercado interno, se efetuou a liquidação da Móveis CIMO, mais precisamente em 1982.

Nos anos 1990, extraordinariamente, mas não sem motivos, houve uma retomada de investimentos no setor moveleiro. Esse foi favorecido pela abertura comercial que facilitou a importação dos bens de capital necessários para a modernização das unidades produtivas e consolidação dos produtos regionais em mercados estrangeiros.

Ao fim do processo de formação do setor moveleiro a produção estava concentrada no Centro-sul do país, onde se ocupavam mais de 80% das empresas e dos trabalhadores. Nesse eixo, Santa Catarina, em especial a cidade de São Bento do Sul, tem destaque na produção de móveis de madeira maciça (mas não exclusivamente), normalmente pínus reflorestado, traço que conservou em toda a história do setor na região, até mesmo pela influência da Móveis CIMO SA, e é o maior exportador de móveis do país. Segundo Lins e Sousa, formou-se com os anos uma importante aglomeração de empresas do setor moveleiro em São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, através da especialização e divisão técnica do trabalho e surgimento de atividades acessórias, que prestam serviços e fornecem peças e componentes às empresas maiores, além de um “tecido institucional [que] é composto por distintos tipos de instituições em atividades de representação e coordenação e de ensino e pesquisa” (p. 609). Do exposto decorre a afirmação, nos parágrafos finais do texto, com base em Lipietz, de que a Móveis CIMO "criou espaço" no planalto norte de Santa Catarina.

Referências:

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

MORAES, Fábio Farias de. *A Atividade Ervateira na Formação Econômica do Planalto Norte Catarinense*. UFSC/CFH, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2013 (Dissertação de mestrado).

LINS, hoyêdo N.; SOUZA, Gustavo R. Exercício de "história local": uma saga na trajetória moveleira do planalto norte catarinense. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v 17, n. 2, p. 605 - 628, 2014.

Resumo

Fábio Antonio de Campos e Fernando Henrique Lemos Rodrigues. Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982). *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.⁵

Partindo dos dilemas da formação histórica brasileira diante da transnacionalização do capital, o objetivo desse artigo será mostrar como a conexão definida por Celso Furtado entre as empresas transnacionais (ETN) e o mercado financeiro internacional impõem limites ao desenvolvimento nacional, entre os anos 1950 e o limiar dos anos 1980. Nossa hipótese é que ao consolidar a dependência externa brasileira em relação ao capital internacional a partir desse marco, criaram-se os principais condicionantes para a crise final do desenvolvimentismo.

Fábio Antonio de Campos

Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: fcampos@eco.unicamp.br

Fernando Henrique Lemos Rodrigues

Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

E-mail: fhlemos@gmail.com

⁵ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=292>

Resenha

O desenvolvimentismo em perspectiva histórica

Rômulo Felipe Manzatto

Mestrando em Ciência Política pelo DCP/FFLCH-USP.

Ao colocarem o desenvolvimentismo em perspectiva histórica, Fábio Antônio de Campos e Fernando Henrique Lemos Rodrigues seguem a trilha de alguns dos melhores trabalhos do pensamento econômico brasileiro. Deixam claro, desde o início, que a releitura do passado tem o propósito de iluminar o período contemporâneo. Mais do que isso, sua abordagem historiográfica dos limites do desenvolvimentismo tem como pano de fundo declarado o debate atual sobre os rumos e os limites do novo-desenvolvimentismo. Assim, para que a história não se repita como tragédia, vale exumar os argumentos do passado e interpelá-los criticamente, pois, para que o “novo” não seja mero sufixo, é preciso compreender as causas da morte do “velho-desenvolvimentismo”.⁶

Os impasses da formação nacional brasileira são revisitados pelos autores tendo em vista as conexões que se estabelecem entre as filiais das grandes empresas transnacionais (ETN) e o mercado financeiro internacional. Campos & Rodrigues partem da hipótese de que ao consolidar a dependência externa do país em relação ao capital internacional, o desenvolvimentismo teria criado as condições para sua derradeira crise. Aprofundar a questão, no entanto, exige a definição prévia de alguns conceitos.

O conceito de desenvolvimento utilizado, emprestado de Furtado (2000), vai além da métrica dos estoques de capital. É tido como um amplo processo qualitativo de intervenção cultural em que o homem atua como agente transformador do meio, visando efetivar suas potencialidades (Campos & Rodrigues, 2014: 379). Descarta-se logo de saída, uma suposta espontaneidade do processo. O desenvolvimento, como intervenção racional, deve ser planejado e orientado.

Descarta-se também a visão do desenvolvimento como panaceia para o atraso econômico, visto que o desenvolvimento capitalista só é capaz de promover as potencialidades da nação quando subordinado aos interesses da vontade coletiva “de forma a socializar os frutos do progresso técnico” (Campos & Rodrigues: 380). Somente nesse arranjo específico, em que os interesses nacionais orientam o capital, é que se poderia tratar desenvolvimento capitalista e desenvolvimento nacional como termos intercambiáveis.

O ímpeto nacionalista do desenvolvimentismo de Vargas, deu lugar à uma política de maior permissividade com o capital internacional no período Kubitschek, se bem que numa conjuntura interna e externa mais desfavorável. No balanço final do período, o Brasil iniciava a década de 60 com um perfil industrial mais complexo e um mercado interno diferenciado. A contrapartida, no entanto, foi a intensificação do processo de concentração da renda e o aumento expressivo do endividamento externo. Já no período Vargas-Kubitschek teriam sido lançadas as bases do modelo de

⁶ Na elaboração dessa resenha me beneficieei da apresentação dos autores em seminário realizado no dia 16 de junho de 2015, na FEA-USP, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica – Hermes & Clio.

crescimento responsável por aprofundar a desigualdade e a polarização social, cujo desfecho trágico seria o golpe de 1964. (Campos & Rodrigues, 2014: 381-382).

A causa da capitulação do projeto desenvolvimentista, que visava “submeter o desenvolvimento capitalista a um controle político” (Campos & Rodrigues, 2014: 381), defendem os autores, foi a hesitação em aprofundar o processo de reformas sociais. Incapaz de confrontar a transnacionalização do capital e preso a um reformismo fraco, o desenvolvimentismo não teria conseguido tração suficiente para aprofundar as reformas, da mesma forma, teria sido rejeitado pelas elites brasileiras como projeto de desenvolvimento, que optaram por seguir a rota de “aperfeiçoar o capitalismo brasileiro sem confrontá-lo” (381), sob a proteção de um regime burocrático-autoritário.

Para Campos & Rodrigues, o processo de transnacionalização do capital é entendido de maneira ampla, como fenômeno cujos primeiros contornos se delineiam já no fim do século XIX. Se fortalece com o processo de recuperação das economias europeias após a Segunda Guerra e abandona sua dimensão produtiva a partir dos anos 1960, tornando-se um fenômeno predominantemente financeiro. Em todos os períodos, o personagem principal desse processo é a grande corporação transnacional, que visa a conquista de novos mercados por meio de investimentos internacionais.

No plano interno, já a partir dos anos 1950, o fenômeno foi interpretado por três vertentes, com diferentes posturas de permissividade em relação ao capital internacional. A liberal defendia o ingresso do capital internacional sem qualquer restrição. A estruturalista, ligada à CEPAL, via o capital internacional como parceiro, desde que devidamente regulado para corresponder às prioridades nacionais. A vertente comunista, representada pelo Partido Comunista Brasileiro, propunha a industrialização nos moldes estatais, sem a dependência do capital externo. Após o golpe de 1964, a vertente liberal se tornaria hegemônica. (Campos & Rodrigues, 2014: 384).

Às essas três primeiras vertentes, somaram-se as interpretações das diferentes teorias da dependência. Enquanto Ruy Mauro Marini defendia o esgotamento da via da industrialização e apontava como único caminho a revolução socialista, os trabalhos de Cardoso e Faletto (1970), Tavares e Serra (1972) e Mello (2009), argumentavam ser possível que o caráter progressista da industrialização fosse resgatado. A partir daí, também Celso Furtado, entusiasta da industrialização conduzida pelo Estado, procurou realizar uma revisão crítica de suas proposições. Os autores invocam as releituras de Furtado, como pioneiro no estabelecimento do nexos entre o ingresso das transnacionais na economia brasileira e o aumento expressivo do endividamento externo brasileiro, que levaria à crise da dívida externa dos anos 1980.

Atraídas pelo mercado interno brasileiro em franca expansão, as empresas transnacionais passam a utilizar o mercado nacional como plataforma para a realização de seus lucros. Nesse intento, contaram com a anuência do Estado e com o apoio da burguesia local. Os incentivos estatais vieram por meio de medidas como a instrução n. 113 da SUMOC, durante o governo café filho, que permitia a entrada de investimentos externos sem cobertura cambial. A instrução talvez marque o ponto de inflexão da política industrial brasileira em relação ao capital externo. A partir de então, o grau de permissividade em relação ao capital externo só aumentaria. A burguesia brasileira, por sua vez, contentou-se com um papel subordinado na relação entre o mercado interno e as empresas transnacionais. O grande capital, em sua busca pelo lucro, já não se

apoiava nas classes dominantes de um só país, podia agora contar com um bloco transnacional alinhado na defesa de seus interesses.

Se as políticas de liberalização permitiram que o investimento direto estrangeiro financiasse o crescimento nos termos do “milagre econômico”, também foram responsáveis pelo aumento expressivo da dívida externa brasileira. Não bastasse isso, o aumento do endividamento não logrou fazer avançar a industrialização, pelo contrário, serviu para financiar o consumo corrente das filiais estrangeiras e para financiar a compra de participações em empresas brasileiras, acelerando o processo de desnacionalização da indústria. Ao fim, sabe-se que o “endividamento no período tinha uma razão eminentemente financeira, em que o acúmulo de reservas impulsionava um movimento de especulação interna com ativos não monetários (títulos não indexados)” (Campos & Rodrigues, 2014: 393).

Para os autores, o capítulo mais dramático da assimilação da transnacionalização na economia brasileira ainda estaria por vir. Estabelecida a dinâmica que facilitava os movimentos do capital internacional na economia nacional, sobreveio a crise do petróleo, responsável por enxugar a oferta de capitais no mercado internacional. O Estado reagiu criando mecanismos de proteção às empresas endividadas. O resultado prático foi o uso das estatais como instrumento de ajuste macroeconômico e a estatização da dívida do setor privado. (Campos & Rodrigues, 2014: 395-396). Nesse momento ficou clara a distinção entre os interesses da nação e os do bloco transnacional. A elevação da taxa de juros dos Estados Unidos foi o toque final da ruptura entre os interesses nacionais e o capital internacional.

Os novos desafios impostos à economia brasileira não foram ignorados por Celso Furtado. O dilema, nos termos Furtadianos, passava a ser a impossibilidade de conciliação dos interesses das Empresas Transnacionais, unidades de capital com racionalidade instrumental, que perseguem a máxima valorização de seus investimentos, com a construção de um Sistema Econômico Nacional (SEN) “potencialmente capaz de submeter a acumulação de capital aos imperativos mais amplos da coletividade” (Campos & Rodrigues, 2014: 397). Furtado recoloca a questão em termos mais amplos, a “colonização cultural” das elites brasileiras também passa a figurar como elemento explicativo para os limites do desenvolvimentismo, afinal, seria a causa da “falta de criatividade política e de imaginação cultural” (Campos & Rodrigues, 2014: 401) o que as impediria de propor novas estratégias que fizessem avançar o processo de construção nacional.

Diante dessas dificuldades, Furtado defendia que a solução passaria pela constituição de uma cooperação entre diferentes estados nacionais, que pudesse fazer frente às empresas transnacionais. A hipótese, como apontam os autores, é frágil. E talvez exponha uns dos flancos de Celso Furtado, o da confiança excessiva no planejamento racional como resposta para o subdesenvolvimento.

Ainda vale dizer que as inúmeras qualidades do trabalho não o isentam dos pontos negativos. É louvável o esforço em apresentar os aspectos da atuação das empresas transnacionais em amplo contexto histórico, é ainda mais louvável o esforço em recuperar as categorias analíticas de Furtado para dar conta do problema. Mesmo assim, em alguns pontos a explicação passa perto do fatalismo. É claro, por exemplo, que a industrialização do período Vargas-Kubitschek foi “resultado de uma era mundial de acumulação capitalista que tinha na escala nacional o eixo de apostas para a

valorização transnacional, reconhecendo no território brasileiro uma rentável possibilidade de retorno do capital internacional investido” (Campos & Rodrigues, 2014: 387).

Mesmo assim, a expansão das empresas transnacionais só pôde se realizar depois de consolidadas as plataformas de produção industrial nos países periféricos. Seria exagero afirmar que o primeiro processo só tivesse ocorrido como condição necessária para o segundo. A história não é destino e justamente por isso é preciso estar atento às possibilidades inscritas no processo histórico, aos caminhos alternativos que poderiam ter sido tomados. Não se poderia dizer que a internacionalização do mercado, como forma de atração de capital externo numa economia carente de divisas, constituiu estratégia de sucesso e, por isso mesmo, realizada também por outros países periféricos? Embora o desfecho, como se sabe, tenha sido a capitulação aos interesses das empresas transnacionais, é importante enfatizar que, a partir da internacionalização dos mercados internos as possibilidades estiveram abertas tanto para as Transnacionais quanto para os Estados nacionais.

Também é louvável a vasta compilação de dados, que ajuda a situar a magnitude dos processos descritos, mesmo assim, o trabalho se beneficiaria de uma apresentação mais elaborada dos dados, a partir de gráficos ou infográficos que enfatizassem os períodos destacados ao invés das grandes tabelas compiladas no corpo do artigo, que parecem deslocadas no texto.

Por fim, cabe reconhecer os autores pelo ecletismo metodológico e pela abertura às mais diferentes frentes do conhecimento. Também é preciso mencionar sua disposição ao diálogo. Em tempos de polarização política e radicalização dos discursos, Fábio Antônio de Campos e Fernando Henrique Lemos Rodrigues se distinguem em mais um ponto, pois convidam a um debate qualificado todos os que estiverem dispostos ao diálogo e à disputa no campo das ideias.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Fábio Antonio de; RODRIGUES, F. H. L. . Transnacionalização do Capital e os Limites do Desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a Experiência Brasileira (1956-1982). *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, p. 377-414, 2014.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Resumo

Carlos Eduardo Valencia Villa. Fluxos de mercadorias entre o Rio de Janeiro e Virgínia em meados do XIX. *História Econômica & História de Empresas*, Vol. 17, nº 2, 2014.⁷

Os fluxos comerciais entre o sudeste brasileiro e o sul dos Estados Unidos no século XIX são desconhecidos para a historiografia. Se sabe pouco da importância que tiveram para o desenvolvimento regional e se eles foram permanentes ou conjunturais, também se sabe pouco dos produtos que circulavam e os mecanismos que eram empregados nessa circulação. Para contribuir com a solução deste problema, neste texto se cruzaram fontes das duas regiões, especialmente jornais, como o *De Bow's Review* e o *Richmond Enquirer* nos Estados Unidos e a *Revista Comercial do Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro. Com essas fontes, foi possível estabelecer que o café consumido na Virgínia em meados do século XIX era carioca, e a farinha de trigo que abastecia o Rio de Janeiro era virginiana. No final, é proposta a hipótese de que esses fluxos eram regulares e estruturavam um intercâmbio permanente.

Carlos Eduardo Valencia Villa

Departamento de História, Instituto de Ciências de Desenvolvimento Regional,
Universidade Federal Fluminense, Campos, Rio de Janeiro.

cvalencia@id.uff.br.

⁷ Link do artigo:

<http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=323>

Os fluxos comerciais entre o sudeste brasileiro e o sul dos Estados Unidos

Angelo Alves Carrara

Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.

O artigo “fluxos de mercadorias entre o Rio de Janeiro e a Virgínia em meados do século XIX”, de Carlos Eduardo Valencia Villa tem por objeto os fluxos comerciais entre o sudeste brasileiro e o sul dos Estados Unidos no século XIX. De imediato, há de se concordar com o autor de que estas relações são desconhecidas para a historiografia, em particular no que respeita a seu impacto sobre o desenvolvimento regional, seu caráter (permanente ou conjuntural), seu conteúdo e os mecanismos empregados nessa circulação. Com vistas a colmatar essa lacuna, o autor entrelaça fontes de ambas as regiões, em particular os jornais, como o *De Bow’s Review* e o *Richmond Enquirer*, e a *Revista Comercial do Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro. Ambas as fontes mostram que “o café consumido na Virgínia em meados do século XIX era carioca, e a farinha de trigo que abastecia o Rio de Janeiro era virginiana”. É de fato notável que a historiografia econômica não tenha até o momento dado a devida atenção a estes fluxos entre o Brasil e os Estados Unidos, o que não ocorre com os estudos sobre o lugar da Grã-Bretanha nas relações comerciais e financeiras do Brasil ao longo do século XIX.

Em três seções, o artigo explora o contexto econômico na Virgínia e no Rio de Janeiro bem como as características dos fluxos do café brasileiro e da farinha da Virgínia, e analisa, a partir das fontes mencionadas as quantidades, preços e volumes dos desembarques anuais destas mercadorias nos respectivos portos. O artigo é particularmente importante por lançar luz sobre os dados há muito conhecidos sobre o comércio exterior brasileiro da década de 1840 reportados pelos relatórios dos ministros da Fazenda (tabelas 1 e 2). Se, de um lado, o lugar dos Estados Unidos no conjunto das importações brasileiras é muito distante do desempenhado pela Inglaterra, o mesmo não pode dizer-se com relação a seu papel como principal destino das exportações brasileiras, em especial, de café. No ano financeiro de 1839-1840 o Brasil teria exportado um total de 29.450.697.673 réis, dos quais 15.092.553.876 (ou 51,25% do total) para a Grã-Bretanha. Os Estados Unidos nesse momento responderam por apenas 6,1%, ou 1.799.686.728 réis.⁸

Em contrapartida, os dados da exportação pelo porto do Rio de Janeiro no ano financeiro de 1841 a 1843 mostram os Estados Unidos responsáveis por pelo menos a quarta parte do valor total exportado (tabela 1).

Países	1841-1842		1842-1843	
	valor	%	valor	%
Estados Unidos	6.005.131.940	27,03	6.044.960.780	25,60

⁸ BRASIL/Ministério da Fazenda/ *Proposta e relatório* da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1843 pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Joaquim Francisco Viana. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843 (relatório apresentado em 8 de maio de 1843) – - tabelas n^{os} 9 e 10.

Grã-Bretanha e suas possessões	3.920.629.630	17,64	3.910.194.035	16,56
Hamburgo	3.360.956.580	15,13	3.404.660.844	14,42
Estados Austríacos	2.050.075.030	9,23	1.770.146.930	7,50
França	1.118.036.080	5,03	1.430.040.179	6,06
Portugal e suas possessões	1.205.100.220	5,42	1.194.174.819	5,06
Montevidéu	655.242.370	2,95	1.011.035.600	4,28
Duas Sicílias	150.232.490	0,68	958.607.868	4,06
Suécia	469.097.060	2,11	797.502.291	3,38
Bélgica	928.471.760	4,18	789.527.452	3,34
Dinamarca	544.290.530	2,45	567.621.699	2,40
Buenos Aires	704.206.780	3,17	453.893.706	1,92
Gênova	389.963.250	1,75	444.909.941	1,88
Holanda e suas possessões	34.923.700	0,16	188.055.629	0,80
Espanha	74.425.360	0,33	97.970.912	0,41
Diversos outros estados	609.526.330	2,74	550.944.283	2,33
Total	22.220.309.110	100,00	23.614.246.968	100,00

Tabela 1: valor, destino e percentual por país dos produtos exportados pelo Brasil no ano financeiro de 1841-1842, em réis.

Fontes: 1. para o ano financeiro de 1841-1842: BRASIL/Ministério da Fazenda/ *Proposta e relatório* da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1843 pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Joaquim Francisco Viana. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843 (relatório apresentado em 8 de maio de 1843) – tabela nº 13; 2. para o ano financeiro de 1842-1843: BRASIL/Ministério da Fazenda/ *Proposta e relatório* da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da 5ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844 (relatório apresentado em 8 de maio de 1844) – tabela nº 23.

Ora, se se leva em consideração que três quartas partes do valor total dos gêneros exportados pelo Rio de Janeiro no mesmo período correspondiam ao café (tabela 2), então o estudo de Valencia Villa adquire maior relevância, por permitir avaliar mais claramente a importância do fluxo comercial com a Virgínia.

produtos	1841-1842		1842-1843	
	valor	%	valor	%
café	18.002.288.350	76,23	16.929.581.750	76,19
açúcar	878.857.118	3,72	1.066.282.900	4,80
ouro em pó	832.971.623	3,53	805.529.120	3,63
couros secos	824.283.875	3,49	1.168.342.950	5,26
moeda	660.316.418	2,80	569.682.400	2,56
fumo	360.016.196	1,52	290.501.470	1,31
aguardente	220.682.620	0,93	178.282.360	0,80
arroz	141.509.523	0,60	130.098.100	0,59
madeiras	129.307.592	0,55	381.483.930	1,72
farinha	85.429.223	0,36	129.045.880	0,58
total	23.614.246.968	100,00	22.220.309.110	100,00

Tabela 2: valor e participação percentual dos gêneros exportados pelo porto do Rio de Janeiro nos anos financeiros de 1841-1842 e de 1842-1843, em réis.

Abreviatura: %:

Observação: o total no documento original equivale a 23.614.246.968 réis.

Fontes: 1. para o ano financeiro de 1841-1842: BRASIL/Ministério da Fazenda/ *Proposta e relatório* da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1843 pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Joaquim Francisco Viana. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843 (relatório apresentado em 8 de maio de 1843) – tabela nº 13; 2. para o ano financeiro de 1842-1843: BRASIL/Ministério da Fazenda/ *Proposta e relatório* da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da 5ª legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Manuel Alves Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844 (relatório apresentado em 8 de maio de 1844) – tabela nº 23.

Levando-se em conta, por exemplo, o volume de café exportado no ano financeiro de 1841-1842 – 5.483.031 arrobas ou 18.002.288.350 réis, e considerando-se os Estados Unidos o destino privilegiado deste gênero, pode-se pensar num movimento anual da ordem de pelo menos 1.370.757 arrobas, ou 4.500.572.087 réis. Ou seja, cercad de um terço de todo o café brasileiro produzido no sudeste tinha como destino os Estados Unidos.

Por fim, há outro elemento importante: apesar de sublinhar que o fluxo estudado era essencialmente comercial, Valencia Villa conjectura que provavelmente este movimento “levava e trazia mais que mercadorias”. E assinala que pesquisas futuras poderão “estabelecer os mecanismos financeiros e as redes sociais” envolvidas, bem como os “elementos políticos [que] viajavam nos navios que uniam o rio James à baía da Guanabara”. Certamente, trata-se de um veio promissor para pesquisas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, e os que se lançarem nesta empreitada contarão com fontes variadas, tanto de natureza econômica como política. Mais do que um artigo que lança luz sobre um determinado objeto, o estudo de Valencia é um convite à investigação sobre as relações entre duas áreas que até a década de 1860 estiveram unidas por uma instituição fundamental comum: a escravidão.

Diretoria (2013-2015)

Presidente: Angelo Alves Carrara
Vice-Presidente: Alexandre Macchione Saes
Primeiro Secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi
Segundo Secretário: Felipe Pereira Loureiro
Primeiro Tesoureiro: Afonso Alencastro de Graça Filho
Segundo Tesoureiro: Cláudia Tessari

Conselho de Representantes da ABPHE 2013 - 2015

Região Norte

1º Titular – Siméia de Nazeré Lopes
2º Titular – Fábio Carlos da Silva
Suplente

Região Sudeste

1º. Titular – Carlos Eduardo Suprinyak
2º. Titular – Rita de Cássia da Silva Almico
Suplente – Rogério Naques Faleiros

Região Centro-Oeste

1º Titular – Hamilton Afonso de Oliveira
2º Titular – Paulo Roberto Cimó de Queiroz
Suplente – Teresa C. de Novaes Marques

Região São Paulo

1º. Titular – Fábio Alexandre dos Santos
2º. Titular – Cláudia Heller
Suplente – Fábio Antonio Campos

Região Nordeste

1º. Titular – João Rodrigues Neto
2º. Titular – Ana Paula Sobreira Bezerra
Suplente

Região Sul

1º. Titular – Maria Heloisa Lenz
2º. Titular – Alcides Goularti Filho
Suplente – Ary César Minella

Revista História Econômica e História de Empresas

Comissão Executiva

Luiz Fernando Saraiva (editor) - UFF
Carlos Suprinyak – UFMG
Cláudia Tessari - UNIFESP
Marco Cavalieri -UFPR
Teresa Marques -UNB



Luiz Felipe Bruzzi Curi e Alexandre Macchione Saes

Roberto Simonsen e a modernização do Brasil na primeira república

Marina Gusmão de Mendonça

Josué de Castro e o combate ao neomalthusianismo

Fábio Antonio de Campos e Fernando Henrique Lemos Rodrigues

**Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo:
um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira
(1956-1982)**

Carlos Eduardo Valencia Villa

**Fluxos de Mercadorias entre o Rio de Janeiro e a Virgínia em
meados do século XIX**

Juan Lucas Gómez

**La unión hace la fuerza. Las Compañías de Crédito Recíproco y el
Financiamiento Hipotecario Urbano a bajo interés em Argentina
entre 1936 y 1955**

Fernando Jumar

**El espacio colonial peruano en la historiografía sobre circulación
mercantil**

Eduardo da Motta e Albuquerque

**Catch up completo e Forging ahead bloqueado: notas sobre o
processo de desenvolvimento japonês**

Hoyêdo Nunes Lins e Gustavo Rugoni de Sousa

**Exercício de “história local”: uma saga na trajetória moveleira do
planalto norte catarinense**

André Luiz Lanza e Maria Lúcia Lamounier

**Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo
(Ribeirão Preto, 1890-1930)**